

EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: diálogos sobre as práticas pedagógicas na Comunidade de Boa Vista em São Caetano de Odivelas/PA

Juliana Rodrigues Dias ¹

Marta Genú Soares ²

RESUMO

O presente estudo reflete criticamente acerca das práticas pedagógicas na educação especial do campo, a fim de colaborar com o fortalecimento do processo de escolarização de pessoas com deficiência que vivem no campo. Assim, o questionamento epistemológico que mobiliza este estudo é como as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação especial do campo colaboram para fortalecer a escolarização de pessoas com deficiência em São Caetano de Odivelas? A finalidade deste trabalho prima por compreender a importância das práticas pedagógicas na formação teórico-epistemológica que incite a ressignificação e produção de novos saberes, condicionante para que a transformação da realidade dos alunos com deficiência seja materializada. Metodologicamente é uma pesquisa de abordagem qualitativa, ancorada nos estudos culturais, como instrumento metodológico o auxílio de bibliografia, evidenciando reflexões teóricas baseadas em autores como: Freire (1987;1996), Williams (1992), Oliveira (2021), Arroyo (2012), Fernandes (2015), dentre outros. Todos esses fundamentos teóricos contribuíram para desenvolvimento do estudo, refletindo sobre as práticas pedagógicas, questões da educação especial, educação do campo e a interface entre essas duas modalidades de ensino. Foi possível concluir que a construção e ressignificação das práticas pedagógicas diante da diversidade presente na escola contemporânea é crucial para o estabelecimento de representações sociais que resultem em transformações da dinâmica curricular das escolas do campo, garantindo assim a inclusão, participação e aprendizagem de crianças com deficiência.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas, Educação Especial, Educação do Campo, Inclusão.

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação (PPGED) da Universidade Estadual do Pará - PA, julianardias27@gmail.com;

² Doutora em Educação-UFRN. Docente pelo PPGED da Universidade Estadual - PA, martagenu@uepa.br;



campo colaboram para fortalecer a escolarização de pessoas com deficiência em São Caetano de Odivelas?

Discutir a importância das práticas pedagógicas na educação especial do campo ecoa na formação teórico-epistemológica que incite a ressignificação e produção de novos saberes, condicionante para que a transformação da realidade dos alunos com deficiência seja materializada. Os fundamentos teóricos utilizados contribuem para desenvolvimento do estudo, refletindo sobre as práticas pedagógicas, questões da educação especial, educação do campo e a interface entre essas duas modalidades de ensino.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: reflexões sobre as trajetórias de luta

A educação do campo refere-se a uma educação vinculada ao projeto histórico que visa atender as demandas dos trabalhadores do campo. É pautada na busca de superação do modo de produção capitalista vigente, a fim de construir uma nova organização das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, a partir das lutas da população campesina ligada à terra, água, florestas, saúde, cultura e educação.

A estudiosa Ana Paula Cunha Fernandes descreve que a educação do campo é:

A educação do campo é um movimento em que os sujeitos que fazem parte dos movimentos sociais articulam uma luta política pela criação de políticas públicas para garantir uma educação *do* campo e *no* campo, sinalizando para a criação de um projeto de desenvolvimento que tenha como foco as marcas culturais do povo do campo (Fernandes, 2015, p. 24).

Some-se a isto,

Educação do Campo é uma concepção de educação dos trabalhadores do campo e se tornou uma referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses trabalhadores organizados em movimentos sociais populares (Santos; Paludo; Oliveira, 2010, p.15).

Sob esta visão, a escola do Campo deve atender as necessidades dos trabalhadores do campo, em consonância aos anseios defendidos pelos os movimentos sociais que ecoam a luta pelos direitos dos trabalhadores à terra, à saúde, à cultura, à educação, assim, possibilitando a garantia de condições objetivas da vida social de forma digna, inclusive das pessoas com deficiência que vivem e constituem o campo.

Discutir a emergência da Educação do Campo na contemporaneidade, sob a perspectiva dos seus reais objetivos, anseios metodológicos, associada às questões políticas que atravessam a dinâmica campesina exige tomada de posições práticas e



teórica, constituindo-se como um mecanismo para defender e reafirmar a importância teórica, política, histórica da Educação do Campo.

Ademais, Caldart (2009) aponta “A Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”, ou seja, essa crítica enfatiza que essa educação deve traduzir a realidade dos trabalhadores do campo, através de projetos educacionais. É fundamental acrescentar que a luta pelo direito à educação, configura-se dentro das lutas pelas terras, pela igualdade social, pelo trabalho e dignidade dos indivíduos camponeses.

Os estudos direcionados à educação do campo refletem no fortalecimento dessa modalidade educacional da educação básica como a garantia do acesso obrigatório do direito público subjetivo, cujo é a educação, frente aos entraves conjunturais. Para Caldart (2002) e Fernandes e Molina (2018), a educação do campo viabiliza o enfrentamento das dificuldades e limitações educacionais históricas vivenciados pelas populações do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESPECIAL: diálogos e interface

Refletir acerca da educação especial em sua transversalidade com a educação do campo evidencia as lutas travadas por entidades sociais e organizações que contestam a organização social, material e simbólica das pessoas do campo e com deficiências, objetivando materializar o direito de universalização da educação e igualdade social.

Ao longo do tempo percebe-se a ampliação do acesso de pessoas com deficiência no âmbito escolar, entretanto, ainda são identificadas lacunas significativas no cenário acadêmico, no tocante de debates, diálogos que englobem as suas multiplicidades. Além de pensar na articulação de saberes curriculares, do campo e as demandas específicas de aprendizagem de alunos na classe comum matriculados na rede de ensino regular, no intuito de contribuir para promoção do desenvolvimento da escolarização na educação básica.

A Educação Especial é a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Redação dada pela Lei nº 12.796/2013, art.58, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ou



seja, refere-se aos sujeitos que fazem parte do chamado público-alvo da educação especial, em escolas regulares, em salas comuns.

A especificação desse público foi reafirmada, no decorrer das últimas décadas, em documentos normativos que definiram esse público alvo ao longo de construção de políticas públicas direcionadas para a inclusão escolar à educação especial, principalmente na vigente Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), publicada em 2008. Fernandes (2022, p.04) explicita em seus pressupostos que “O público da educação especial perpassa todas as etapas, níveis e demais modalidades de ensino devendo, com isto, atentar-se à especificidade de cada aluno conforme essa classificação”.

A educação especial em interface com a educação do campo representa uma revisão crítica das práticas pedagógicas, curriculares e avaliativas tradicionais já estabelecidas, além de uma profunda ressignificação dos conceitos de deficiência, normalidade e diferença. “mas em metodologias, nas práticas pedagógicas etc., que venham a instituir, de fato, uma nova/outra cultura da educação para a diversidade como expressão da educação contributiva de sociedades mais igualitárias e democráticas” (Fernandes; Santos, 2022, p. 15).

Ao longo da história, as pessoas com deficiência viveram situações demarcadas por diversos paradigmas que embasaram ações de inteira exclusão desses indivíduos no tocante da cidadania plena, que envolve a participação em sociedade, sendo condicionado por uma dinâmica que limita a valorização das diferenças, no sentido de promover o direito a todos a igualdade de condições de participação crítica e emancipadora. “Imaginemos um indivíduo que tem uma deficiência e vive no campo, ele é duplamente alvo da diferença negativa criada pela sociedade e precisa intensificar sua luta para ter seus direitos de cidadão garantido” (Caiado, 2016, p. 17).

As reflexões acerca da educação especial “analisar as tensões existentes entre as políticas de Educação sobre a Educação do Campo e a Educação Especial (Fernandes, 2021), pauta a discussão em torno das questões desafiadoras para o trabalho com as práticas pedagógicas na educação especial do campo.

Dentro desta linha, a educação especial do campo é compreendida como uma proposta constituída no bojo dos movimentos sociais do campo, partindo do interesse das populações camponesas. Ou seja, precisa ser idealizada a partir das diversas manifestações



desses sujeitos, na visão dos atores sociais, vinculada às realidades dos sujeitos e elementos socioculturais que constituem o seu modo de vida.

Pensar na educação especial do campo, no processo integral de processo de formação humana, baseado em referenciais culturais e políticas de cunho interventivo para as pessoas com deficiência enquanto sujeitos sociais na realidade, visando a sua inclusão, autonomia, cidadania e constituição de identidades e “emitir propostas pedagógicas conscientes e consistentes para o público da Educação Especial” (Oliveira, 2004, p.16-17).

Fernandes (2022, p.14) também aponta a necessidade de os sistemas de ensino aproximarem as interações, atividades formadoras e pedagógicas, especialmente, que a práxis docente não se limite apenas ao o embasamento das questões específicas da deficiência. Por isso, é crucial o investimento em formação permanente, humanista e emancipatória que promova cada vez mais o protagonismo de alunos.

O trabalho conjunto e articulado desenvolvido por docentes, instiga-se e desafia-se a construir novas práticas e estratégias pedagógicas, direcionando ao delineamento de um novo paradigma educacional, envolvendo as concepções epistemológicas nas elaborações de conhecimentos que reflitam o contexto social dos alunos do campo.

Nesse sentido, a educação especial do campo é um desafio nacional contemporâneo, apesar das conquistas alcançadas, percebemos a necessidade de fortalecer ações normativas, formativas e orientativas que a consolidem a partir de reflexões críticas sobre os rumos educacionais.

Assim, a ressignificação das práticas pedagógicas diante da diversidade presente na escola contemporânea é crucial para o estabelecimento de transformações na dinâmica curricular, pedagógica e organizativa das escolas do campo, garantindo assim a inclusão, participação e aprendizagem de crianças com deficiência.

Contudo, o que simboliza o debate acerca da educação especial do campo é a experiência de fortalecer e priorizar a educação pública do campo, enraizada na luta camponesa, o que pode ser decisivo para o avanço das lutas de resistência. Concretizando uma educação ancorada na inclusão social, aliada à qualidade educacional necessária para ensinar os genuínos processos de transformação na sociedade.

SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA: Aspectos Históricos, Culturais e Geográficos



São Caetano de Odivelas é um município localizado no Nordeste Paraense e na Microrregião do Salgado, com uma população estimada em de 16. 666 habitantes, segundo os dados do IBGE (2022). Possui uma área de aproximadamente 464, 166 km² e a distância até Belém é de cerca 110 km. Em 07 de agosto de 2025, a cidade comemorou 268 anos de emancipação. A cidade possui três distritos com três distritos: o distrito-sede (São Caetano de Odivelas), Perseverança e Pererú.

A origem do município iniciou quando os missionários da Companhia de Jesus, chegaram ao local e iniciaram o trabalho de evangelização na fazenda São Caetano. Em 1833, a fazenda foi elevada à categoria de Freguesia. Posteriormente, em 1872, a partir da promulgação da Lei nº 707, de 5 de novembro, foi elevada à categoria de vila. A emancipação como município ocorreu apenas em 1895.

O município é reconhecido pelas manifestações culturais. Contudo, o charme da cidade também está na preservação das características históricas, a religiosidade, culinária, as belas paisagens e opções de lazer. Tornou-se uma opção tentadora pelo seu tradicional Carnaval, onde ocorre os bois de máscaras, sendo uma manifestação única em todo o Brasil. Outro atrativo é a pescaria artesanal, o que motiva o recebimento de turistas de diversas localidades do país. São Caetano de Odivelas também é conhecido por ser a “Terra do Caranguejo”, sendo a sede do Festival do Caranguejo.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CAMPO: desafios e perspectivas na/para a contemporaneidade

Os estudos e reflexões direcionados às práticas docentes, no tocante de perspectivas e práticas formativas repercutem como fundamentos teórico-metodológicos fundamentais ao atendimento de pessoas com deficiência, enfatizando as individualidades dos processos formativos docentes em consonância com o processo de aprendizagem, ensino e avaliação de ensino.

O debate acerca práticas pedagógicas desenvolvidas na educação especial do campo sob diferentes óticas, de forma peculiar à realidade educacional de São Caetano de Odivelas retrata a superação dos desafios históricos relacionados ao acesso, permanência e qualidade do ensino às pessoas com deficiência que residem no campo, assegurando uma educação pautada no respeito, identidades culturais, econômicas, sociais das populações rurais.



Some-se a isto, Oliveira (2024) demarca que a materialização da educação especial em escola regular demanda da articulação do trabalho de professores, bem como, os marcos legais que ressoam nas práticas pedagógicas e promovam a efetiva inclusão e participação plena em sociedade.

Dentro desta linha, reconhece-se a relevância dessa pesquisa para o avanço do debate acerca da educação especial do campo, compreendendo-a num cenário onde os processos de construção do conhecimento se concretizam nas mais diversas facetas, vivenciada através de lutas sociais dos sujeitos, individuais e coletivas, do campo. Sabe-se que a interface entre educação especial e educação do campo, na estreita articulação entre elas é um processo marcado permanentemente por lutas e construção histórica.

Em Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial, Ivanilde Apoluceno de Oliveira, propõe que a educação especial deve transformar os sujeitos que tem direito à essa modalidade em atores políticos que exijam do Estado, da comunidade política e das instituições que devem cumprir os direitos sociais que não devem ser renunciados. “Será necessária uma escola diferente que aceite a “diferença” como normalidade, não como exclusão a partir de uma pretensa ‘identidade’” (Oliveira, 2004, p.14).

A necessidade de superar os processos excludentes históricos imputadas às pessoas com deficiência no contexto campesino no âmbito escolar anseia pelo aumento de discussões que proponham novas estratégias e propostas curriculares que represente a história de luta, a vida, os saberes historicamente acumulados, os costumes, as culturas e aplicação de um projeto educativo do campo que colabore com o fortalecimento da identidade e cultura dos sujeitos do campo.

Williams (2003) e Freire (1987) são referenciais teóricos pertinentes na investigação em relação às práticas pedagógicas na educação especial do campo, no que diz a respeito à realidade social, cultural e política que envolvem os saberes e fazeres docentes, de forma crítica- analítica. Ressaltando assim os desafios e as possibilidades na construção de uma proposta curricular emancipadora.

Como referenda, Williams (1992) em sua obra “Cultura e Sociedade” relaciona cultura, sociedade e educação a partir dos estudos culturais, especialmente no sentido de compreender que o processo educativo deve ser enraizado à visão crítica da cultura e da vida social, isto é, os saberes cotidianos dos estudantes em seus contextos de origem, seus



referenciais culturais e linguagens devem ser valorizados.

O presente estudo busca refletir criticamente sobre a realidade mencionada, estimulando e colaborando para a articulação nas decisões educacionais de forma a proporcionar uma educação com referencial pública de qualidade, integradora e emancipatória. Por isso, é fundamental reconhecer os condicionantes que implicam no processo educativo e monitorar os avanços e limitações para a construção de práticas educativas que contemplem a educação especial do campo.

A estudiosa Kátia Regina Moreno Caiado (2017), em seu livro intitulado “Educação Especial no campo” ressalta que as barreiras são: “sociais, arquitetônicas e de comunicação, frequentemente materializadas na ausência de acessibilidade para a locomoção, a interação” (Caiado, 2017, p.03)

Desse modo, contextualizando, os conhecimentos científicos por meio dos saberes que permeiam o contexto de práticas existenciais dos povos do campo, dando ênfase aos instrumentos metodológicos que mobilizam este segmento, levando em consideração sua função social.

Dentre as contribuições podemos demarcar a possibilidade de aprofundamento das discussões e a busca de alternativas metodológicas a fim de garantir uma formação de professores referenciada. Assim, levar em consideração às diversas realidades, instituições e sistemas de ensino nos seus territórios, respeitando as peculiaridades sociais e econômicas, como também as diferentes etapas, modalidades de ensino e planejamento das atividades pedagógicas.

Dessa feita, esta pesquisa visa contribuir com o estudo analítico da educação especial do campo, contribuindo com a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo, tendo em vista a escassez de políticas públicas que repercutem como processos de exclusão desses alunos em escolas comuns, corroborando também no (re) pensar e (re) fazer educativo nas escolas.

ASSINALAÇÕES CONCLUSIVAS

Diante das discussões tecidas, fica evidente que a educação potencializa o desenvolvimento social, no âmbito do campo. É necessário reconhecer que a atuação dos indivíduos envolvidos no processo educativo, deve estar em consonância ao seu processo



de aprendizagem. A relevância acadêmica e social deste estudo se ampara no fato de que, além de fortalecer o debate sobre as práticas pedagógicas na educação do campo delineará a representatividade de traços da cultura local e escolar campesino.

É urgente a necessidade de uma formação sólida e politicamente fortalecida, considerando o momento histórico-político, em que o investimento na educação pública se encontra na mira de cortes que fragilizam a sua qualidade e a relação do sujeito com o mundo de forma crítica e transformadora.

Em decorrência desta realidade demanda-nos o exercício crítico da consciência pedagógica, expressando o compromisso da relevância de uma formação teórico-epistemológica que incite a ressignificação e produção de novos saberes, condicionante para que a transformação da realidade dos alunos com deficiência seja materializada.

Sendo assim, é extremamente necessário o aprofundamento de estudos investigativos que ampliem os espaços para a pesquisa, de maneira que viabilize esses alunos em suas comunidades, com seus saberes locais. A fim de permitir que o âmbito educacional articule os diferentes atores sociais, concretizem assim as práticas pedagógicas numa concepção democrática e participativa, além de desenvolver características pedagógicas que favoreçam a educação especial do campo.

Dessa feita, as instituições de ensino devem promover condições de participação e autonomia aos alunos com deficiência em ambientes comuns de ensino, desde as aprendizagens em diversas áreas do conhecimento até o convívio social.

Por sua vez, implica na atenção à oferta de Educação Básica para a população rural e adaptada às suas peculiaridades mediante a adoção de metodologias, ações e projetos voltadas para a superação e a transformação das condições de vida no meio rural, proporcionando a estes a participação da organização escolar própria, incluindo a adequação das suas realidades socioculturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

WILLIAMS, Raymond. Cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

